

Por um Brasil que monitore mais a sua educação



» ERNESTO MARTINS FARIA
Diretor-fundador do Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede)

e ações de política pública. Essas mudanças, por exemplo, impossibilitaram o acompanhamento longitudinal dos alunos no Censo Escolar pelas bases públicas, além de tornarem inviável a mensuração dos índices municipais de aprendizagem por meio dos microdados do Saeb.

Além disso, com o crescimento do Inep nos anos 2000, suas atribuições se expandiram, o que, evidentemente, traz desafios. No entanto, dada a necessidade de apoio a gestores e educadores, e sendo esse o principal instituto de pesquisas educacionais do Brasil e o maior coletor de dados em escolas e redes de ensino, não há como esmorecer na cobrança. É fundamental a autarquia construir e disponibilizar análises a partir dos dados que divulga, inclusive identificando quando resultados são distorcidos e não vão na direção da qualidade educacional desejada.

Sabe-se, por exemplo, que há várias redes de ensino que aumentam suas taxas de aprovação em anos ímpares, quando essas contam para o cálculo do Ideb, voltando a ter índices de reprovação intoleráveis em anos pares. Há também outras manobras que precisam ser apontadas e analisadas de forma crítica, como a transferência de alunos para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para que não realizem as provas do Saeb.

A divulgação de dados e indicadores essenciais à compreensão da educação brasileira, como Ideb e Saeb, deveria vir acompanhada de explicações que auxiliem na sua interpretação. Um bom exemplo é sobre o cenário de alfabetização atual: o Índice Criança Alfabetizada (ICA) indica que, em 2023, 56% dos estudantes estavam alfabetizados, uma volta aos patamares de 2019. Já o Saeb para o 2º ano indica 49%. Essa divergência de diagnóstico pode até ser plausível dada a diferença entre as metodologias das avaliações — enquanto o ICA é feito a partir de avaliações estaduais, censitárias; o Saeb para o 2º ano é uma avaliação federal e amostral —, mas faltam respostas sobre esses dados. O quanto robusto e

adequado é comparar os índices de municípios de estados diferentes que tiveram instituições aplicadoras distintas?

O Inep não tem conseguido responder totalmente às indagações feitas e apresentar todas as devidas análises em documentos técnicos públicos. O uso da tecnologia para a obtenção e o cruzamento desses dados surge como um ponto de convergência para promover a correlação entre as informações locais e nacionais, de forma que se tenha constância e transparência de dados agregados.

O Inep também deveria ter uma atuação ampliada no Plano Nacional de Educação (PNE). Uma atribuição positiva dada ao instituto foi o cálculo dos indicadores das metas do PNE 2014-2024. Mas, para além de aferir esses indicadores, o Inep poderia ajudar na sua definição. Hoje, a meta 7 do PNE, por exemplo, fala em “assegurar que no mínimo 60% dos alunos do ensino médio tenham alcançado nível adequado de aprendizado em língua portuguesa e matemática”. É algo desejável, claro, mas absolutamente difícil de vislumbrar no médio prazo, dado que hoje apenas 5% dos estudantes da rede pública saem do ensino médio com aprendizado adequado em matemática.

O país precisa de metas desafiadoras, mas bem embasadas e aderentes à realidade. E o Inep é o ator mais adequado para conduzir esse processo. Para além de ser uma instituição pública ligada ao MEC, o órgão tem legitimidade e aparato técnico para gerar os insumos e as recomendações necessários à implementação de políticas públicas que tragam benefícios reais para educadores e estudantes nas mais diferentes realidades.

Diante dos inúmeros desafios da educação brasileira, urge uma gestão ainda mais ativa por parte do governo federal e com uma visão estratégica de monitoramento. Os dados, quando bem utilizados e analisados, são instrumentos essenciais para impulsionar os avanços de que precisamos.

Espaços públicos. Públicos?



» JAIME PINSKY
Historiador e editor

W O surgimento das cidades, a partir de 10 mil anos atrás, é um marco civilizatório. Não aconteceu por acaso, não aconteceu de repente, não aconteceu pela vontade, mesmo soberana, de alguém, mas como resultado de os homens e mulheres daquela época sentirem necessidade de se agrupar para se proteger mutuamente, invocar seus deuses coletivamente, construir obras que pudessem responder às necessidades de todos, ou de parte substancial do grupo estabelecido em uma determinada região. Confesso que, como historiador, fiquei profundamente emocionado ao conhecer Jericó, tida como provável primeira cidade concebida da História. Observar um modesto riacho devidamente domado por uma canalização precária, uma construção levantada com pedras e argamassa que resistiu aos séculos, a própria sobrevivência de grupos humanos no meio de uma região desértica, tudo isso desnuda os esforços efetuados para domar melhor a natureza e colocar os bens da Terra a nosso serviço.

Não por acaso, desde aquela época, as cidades, em qualquer região do mundo, têm espaços públicos, e essa é uma característica inerente a elas. Não interessa se são lugares de culto, ou de manifestações de apoio ou de oposição ao líder de cada época, locais de reunião para feiras ou trocas culturais, as praças são marcas das cidades. Muitos bairros de nossas cidades têm praças que são, até hoje, ponto de reunião de grupos de moradores.

Mas não só as praças. As ruas também são espaços públicos, como comemorava o grande poeta Castro Alves, secundado pelo não menos brilhante Caetano Veloso, exaltando os lugares de sua Salvador. Enfim, praças, ruas, prédios públicos, hoje temos Jericó espalhadas pelo mundo, democratizando as estruturas urbanas, colocando o coletivo à disposição de todos e cada um, permitindo o usufruto do bem comum.

Porém... A privatização do espaço público vem sendo um dos grandes problemas nas cidades brasileiras. Sob o pretexto de segurança, vemos ruas inteiras, ou trechos delas sendo fechados para passagem de veículos e mesmo de pedestres, obrigando uns e outros a encomprar seu trajeto para que os privilegiados moradores daquele quarteirão gozem de uma sensação não acessível aos demais cidadãos. Colocar mesas e cadeiras na calçada como extensão do restaurante, ou do boteco, também tem sido uma prática cada vez mais utilizada, sem nenhuma preocupação com quem precisa atravessar aquele trecho, em uma ofensa evidente ao direito de ir e vir, de caminhar sem obstáculos. Em alguns casos, o estabelecimento é licenciado para sair de seu espaço e se espreguiçar em direção ao espaço público, em outros, a ocupação se dá como fato consumado, à revelia da lei.

Enfim, há numerosas formas de ocupar o espaço público, e os agressores contam com o cansaço do cidadão e o beneplácito da autoridade pública, seja de um simples fiscal, seja da prefeitura ou mesmo do governo do Estado. É o que está acontecendo agora com um parque da maior cidade da América do Sul, que está sofrendo um processo de privatização indevida, irregular e altamente prejudicial aos cidadãos. Falo do Parque Villa-Lobos, em São Paulo, que, para quem não sabe, foi resultado de cuidadoso trabalho de limpeza e adequação social, pois, no passado, era um lixão. Muito dinheiro público foi gasto para tornar o espaço limpo, muito talento foi necessário para urbanizá-lo, muito tempo para que pudesse atrair pássaros. A grama cresceu, bancos rústicos foram instalados, passeios, pavimentados. As pessoas começaram a aparecer. Não, não apenas vizinhos moradores do Alto de Pinheiros, região valorizada, mas famílias vindas de Carapicuíba, Osasco, atletas da cidade toda chegando para dar uma corridinha matinal, pessoas à procura de um pouco de ar puro. O parque se incorporou à região e à cidade. Dava gosto ver as pessoas chegando com suas sacolas de piquenique, as crianças correndo livremente pelo grande espaço (não é essa a função primordial de um parque?), os idosos sentando-se à sombra de uma árvore, a molecada chutando uma bola, a paqueta rolando. Até que...

Até que o parque foi entregue a uma empresa privada. Supostamente para melhorar o que já era bom. As mudanças foram rápidas. Algumas evidentes: 1 – falta de manutenção. As pessoas caminham em meio a buracos no piso que não sofre reparos adequados; adultos torcem os pés, crianças se machucam, cadeirantes têm dificuldades em passear no parque. 2 – espaços fechados, bem cuidados, mas apenas podendo ser utilizados por pagantes, os cidadãos especiais... 3 – poluição visual com propagandas de empresas particulares. 4 – Poluição sonora. 5 – Abandono de espaços, como o orquidário.

Moral da história? Traição ao próprio sentido e objetivo das cidades. Não foi para isso que Jericó e outras cidades, todas elas, foram criadas. Temos ou não governantes com função de fazer com que os espaços públicos sejam, de fato, públicos?

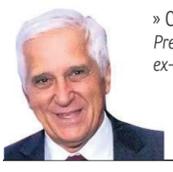
» LIA GLAZ
Diretora-presidente da Fundação Telefônica Vivo

Durante boa parte do século 20, o Brasil praticamente não dispunha de informações para dizer se o ensino ofertado em suas escolas era de qualidade ou não. O cenário começou, de fato, a mudar nos anos 90, com a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) que, a cada dois anos, revela qual é o cenário de aprendizagem nos ensinos fundamental e médio. No início deste século, outros avanços importantes no monitoramento da educação aconteceram, sendo o de maior visibilidade a implementação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Ideb, em 2007. Nesse mesmo ano, o Censo Escolar passou a coletar dados individualizados dos estudantes, passando a acompanhar sua trajetória escolar. Essa mudança permitiu monitorar de forma mais precisa a jornada dos alunos e se eles permaneciam ou não na escola. No entanto, por diferentes motivos, os avanços em relação ao monitoramento da educação brasileira desaceleraram nos últimos anos.

A partir da aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em 2018, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) — autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) — passou a restringir mais o acesso a dados, mesmo que a lei permita divulgações mais amplas para pesquisa



O Cidadania, inteligência artificial (IA), Janja e as redes sociais



» COMTE BITTENCOURT
Presidente do partido Cidadania e ex-deputado federal

sociais e sindicais das décadas de 1970 e 1980, e na luta pela redemocratização do Brasil. Em 2019, para sua identidade, tornando-se Cidadania 23 — um partido reformista, democrático e pluralista, comprometido com a justiça social, os direitos humanos e o progresso.

Ao longo dos anos, o Cidadania sempre esteve ao lado de pautas importantes para o país, inclusive quando momentaneamente impopulares. Esteve ao lado da Constituição de 1988, apoiou avanços civilizatórios, como o casamento igualitário, a liberdade religiosa, a sustentabilidade ambiental, o combate à violência contra a mulher e o respeito às instituições republicanas. Agora, mais uma vez, assume o protagonismo num tema incontornável do presente e do futuro: o impacto da inteligência artificial e das plataformas digitais na democracia.

A IA já está presente nas campanhas políticas — porém, ainda de forma velada. Se não na criação direta de conteúdo, certamente no uso de algoritmos e big data para analisar perfis, comportamentos e preferências do eleitorado, direcionando mensagens personalizadas e otimizando o alcance de conteúdos nas redes sociais. Esse processo, herdado do marketing comercial, já influencia o jogo político, as decisões eleitorais e a opinião pública de forma massiva.

É justamente por isso que a regulação se faz urgente: partidos com maior poder econômico têm hoje muito mais condições de explorar essas ferramentas, ampliando o abismo entre o conservadorismo e a renovação política. O que está em jogo é a igualdade de condições no processo democrático, a proteção de dados pessoais, o combate à desinformação e a defesa da soberania informacional do país.

Esse debate ganhou ainda mais força após as declarações da primeira-dama Janja da Silva durante missão oficial à China, ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ao tratar da necessidade de regulação das redes sociais, Janja expôs uma preocupação legítima: como proteger crianças, adolescentes e mesmo adultos da exposição contínua a conteúdos violentos, misóginos, sexualmente inadequados ou carregados de discurso de ódio?

A proposta, endossada por Lula, reacende o debate no Brasil sobre o papel das plataformas digitais e a responsabilidade das grandes corporações tecnológicas diante da vida social, política e cultural do país. Não se trata de limitar a liberdade de expressão, mas de criar mecanismos que assegurem um ambiente digital saudável, ético, transparente e seguro.

O Cidadania entende que essa regulação deve ser feita com seriedade, com participação plural, sem dogmas ideológicos e sempre em defesa da democracia. Deve-se garantir que a liberdade de expressão conviva com o combate à desinformação, que a inovação tecnológica avance junto com a responsabilidade social, e que o debate público continue plural, respeitoso e fundamentado em fatos.

Como pioneiro no uso da IA em peça partidária, o Cidadania não quis apenas inovar. Quis fomentar esse debate. Quis colocar luz sobre um tema que está presente em nossas vidas, mas ainda caminha na escuridão do vácuo legislativo. Ao fazer isso, reafirma sua identidade: um partido que olha para o futuro, que acredita na ciência e na tecnologia como ferramentas de progresso, mas que nunca abre mão da ética, da justiça e da liberdade.

Regulação, sim; censura, nunca!

Em 2025, o partido Cidadania deu um passo ousado e simbólico: tornou-se o primeiro partido político brasileiro a utilizar recursos de inteligência artificial (IA) na produção de uma propaganda partidária exibida no horário gratuito de rádio e televisão. A repercussão foi imediata. De um lado, aplausos; de outro, críticas severas. Mas o que se pretendeu, acima de tudo, foi provocar um debate necessário: o Brasil precisa discutir urgentemente a regulação do uso da IA e das redes sociais na política e na vida pública.

É fundamental deixar claro — e o Cidadania faz questão de enfatizar — que o que se defende aqui é regulação, e não censura. Há uma diferença profunda entre essas duas ideias. Regulação é estabelecer limites, regras claras e democráticas que organizem o uso de tecnologias de grande impacto na sociedade. Censura, por sua vez, é a tentativa de suprimir opiniões, calar vozes, restringir liberdades. E contra isso, o Cidadania sempre se posicionou de forma firme, desde a sua origem.

Essa posição não surge por conveniência. O Cidadania carrega em sua trajetória política e ideológica a marca do combate à censura e da defesa intransigente da democracia. Antigo Partido Popular Socialista (PPS), temos raízes na resistência à ditadura militar, nos movimentos